

Assembleia Municipal

Acta da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dois de Novembro do ano dois mil e nove.

Aos dois dias do mês de Novembro do ano dois mil e nove, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, depois do acto de instalação, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, com a presença de todos os membros, à excepção da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro que solicitou a suspensão do mandato pelo período de trinta e cinco dias, tendo sido substituída pela Sra. Arq.ª Élia Sofia Duarte Feiteira, na qualidade de cidadã imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista concorrente a este órgão.

Nos termos do nº 1 do artigo 45º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a presente sessão foi presidida pelo Sr. António dos Santos Lopes, na qualidade de cidadão melhor posicionado na lista mais votada, tendo a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – Eleição da Mesa.

O Sr. António dos Santos Lopes deu início à sessão e, depois de ter dado uma pequena explicação sobre a forma como se iria processar a eleição da Mesa, fez a seguinte proposta:

"Quando, há quatro anos, aqui entrei e, ao longo destes quatro anos, sempre pugnei por uma situação de diálogo e de consenso entre todos os eleitos, na perspectiva de que isso é que serve os interesses do concelho.

Nessa perspectiva e respeitando a vontade dos oliveirenses manifestada no acto eleitoral em que deram uma votação expressiva a três forças diferentes, seguindo o principio do método de Hondt, a candidatura do Partido Socialista é de opinião de que a Mesa da Assembleia devia ser o mais consensual possível e respeitando o voto que nos trouxe aqui a todos.

Portanto, da nossa parte e se houver disponibilidade das outras forças, a nossa proposta ia no sentido de que cada uma das principais forças — aliás, são as três que aqui estão eleitas por voto directo — nomeassem um membro para a Mesa, que seria eu próprio e uma das pessoas que cada força política quisesse nomear.

Portanto, se essa for a vossa disponibilidade, eu agradecia que ela fosse manifestada, de forma a constituirmos a lista."

Não tendo qualquer membro da Assembleia Municipal pedido a palavra para intervir sobre a presente proposta, o Sr. António dos Santos Lopes prosseguiu:

"Se não há essa disponibilidade, daríamos início à votação com a constituição das listas. Mas, eu voltava a perguntar ao primeiro eleito da lista do PSD e ao primeiro eleito do Movimento dos Independentes "Oliveira do Hospital Sempre" se, efectivamente, querem participar para elaborarmos uma lista de consenso.

Assim não sendo, nós, Partido Socialista, iríamos elaborar a nossa lista e anunciávamos, para constituir a Mesa, eu próprio como primeiro eleito, o Sr. Carlos Vieira Mendes como Primeiro Secretário e do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves como Segundo Secretário."

De seguida, em representação do Partido Social Democrata, o Sr. João José Pereira Esteves, fez a seguinte intervenção:

"O Partido Social Democrata, como sendo a força com maior número de elementos



Assembleia Municipal

nesta Assembleia Municipal, decidiu entregar uma lista para ser sufragada para a eleição da Mesa da Assembleia. Nós recebemos um convite para formar uma lista de consenso mas achámos por bem – a meu ver – apresentar uma lista. Acho que os consensos são bons – e vão ser, concerteza – mas nós, Partido Social Democrata, entendemos que devíamos manter e firmar a nossa posição nesta Assembleia. Como tal, apresentámos uma lista para ser sufragada por todos os membros desta Assembleia Municipal.

Retomando a palavra, o Sr. António dos Santos Lopes deu conhecimento que o Partido Social Democrata apresentou a seguinte lista:

- Presidente – Dr. José António Madeira Dias

- Primeiro Secretário — Prof. António Morgado Ferreira Alves

- Segundo Secretário — Dra. Ana Paula Ferreira Nobre

Mais informou que a lista apresentada pela Partido Socialista seria a Lista A e a lista apresentada pelo Partido Social Democrata seria a Lista B.

Seguidamente, foram as referidas listas submetidas a votação, por escrutínio secreto, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Votos na Lista A - 21 Votos na Lista B - 21 Votos em branco - 1

Verificando-se empate na votação e considerando que, nos termos do nº 3 do artigo 45º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, deve ser feita nova eleição, desta vez uninominal, o Sr. António dos Santos Lopes tomou a palavra para dizer o seguinte:

"Nós temos um problema, que vou passar a explicar, e eu não quero ficar com esse ónus. Pretendo que a eleição seja o mais clara e transparente possível e levanta-se aqui uma questão que é a de saber se vai a votos cada um dos nomes que estavam nas listas ou se vão a votos — e essa é a minha opinião — cada um dos quarenta e três membros que compõem esta Assembleia. Isto porque eu acho que toda a gente está aqui por direito próprio e não pode ser, à partida, excluída do seu direito de ser eleito.

De qualquer forma, para que fique claro, as opiniões predominantes que me chegaram é de que se deve por à votação os dois nomes que foram propostos para cada lugar. Mas eu gostava que se pronunciassem. Se alguém vota contra essa questão, porque não quero ficar com o ónus de não ter havido toda a transparência possível na eleição. Em meu entendimento, se a eleição é uninominal, é redutor estar a tirar às pessoas o direito de serem eleitas.

De qualquer forma, também é lógica que, se já estávamos a votar por listas, que continuemos esse método. Não nos custa nada votarmos. Ficamos esclarecidos, transparentes, porque eu não quero que fique, sobre mim, o ónus de que não exerci, com imparcialidade, a função de que neste momento estou investido.

Como é óbvio, a posição maioritária é de que vão a votos, para Presidente da Assembleia, eu próprio, António dos Santos Lopes, e o Sr. Dr. José António Madeira Dias.

Portanto, quem é que se opõe?"

Não havendo manifestação de qualquer oposição à presente proposta, foi dado início à votação uninominal.

Terminada a votação, foi efectuado o respectivo apuramento para a eleição do Presidente da Assembleia, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Sr. António dos Santos Lopes - 23 votos



Assembleia Municipal

Dr. José António Madeira Dias - 20 votos

Após a eleição do Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. José Esteves solicitou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Sr. António dos Santos Lopes por ter sido eleito Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Quero fazer uma proposta: quando apresentamos uma lista, apresentamos uma lista única. Uma lista com Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário. Por isso, eu vou retirar os outros elementos da lista, ou seja, vão sair o Primeiro e o Segundo Secretário da lista e nós não nos vamos apresentar a essa eleição.

Eu acho que a Mesa, conforme vai estar composta, vai estar muito bem. Eu conheço as pessoas que estão indigitadas para a Mesa e, como tal, confio plenamente nelas e, por isso, retiramos as nossas candidaturas."

Em seguida, o Sr. António Lopes retomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

"De qualquer forma agradeço as palavras do Sr. Esteves. Mas, em minha opinião, continuamos com um problema de ordem legal porque, como eu disse, há aqui mais do que duas forças.

Portanto, para que não haja nenhuma dúvida de transparência — o plenário é sempre soberano para decidir da forma que achar mais conveniente — punha a proposta do Sr. João José Pereira Esteves à votação. Se, nesta segunda fase, o processo é uninominal, eu acho que, por uma questão de transparência e para que não restem dúvidas, punha-se essa questão à votação."

Em seguida interveio o Sr. Prof. António Morgado para dizer o seguinte:

"Eu, como interveniente no acto eleitoral, retiro a minha candidatura."

Seguidamente, interveio a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre para dizer o seguinte:

"Eu, como interveniente no acto eleitoral, retiro a intenção de ser eleita."

Em seguida, foi colocada à votação a proposta de eleição do Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes para Primeiro Secretário da Mesa e do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves para Segundo Secretário, tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções.

Em conformidade com a votação anterior, a Mesa da Assembleia Municipal ficou constituída pelos seguintes elementos:

- Presidente Sr. António dos Santos Lopes;
- Primeiro Secretário Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes;
- Segundo Secretário Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Retomando a palavra, o Sr. António dos Santos Lopes fez a seguinte intervenção:

"Queria felicitar os Srs. Secretários que acabam de ser eleitos.

Dentro do princípio que enunciei quando tomei a direcção dos trabalhos, penso que as forças aqui representadas podem e devem usar da palavra.

Assim sendo, foi dada a palavra ao representante da CDU, Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

"Inicia-se um novo mandato dos órgãos autárquicos do nosso Município, sem esquecer o mandato das Assembleias e Juntas de Freguesia.

Neste momento de transição, desejo felicidades aos Autarcas que cessam funções e faço votos de bom trabalho e de êxitos para os Autarcas agora eleitos e empossados.

Como é óbvio, assinalo que há grandes mudanças nas posições dos titulares e forças



Assembleia Municipal

políticas representadas nos principais cargos da nossa Autarquia Municipal.

Faço votos de que essas mudanças de eleitos e de cargos tenham correspondência positiva na actividade dos órgãos Autárquicos Municipais. Tomo a liberdade de me dirigir directamente ao Senhor Presidente da Câmara para aqui assinalar hoje "apenas" um dos seus muitos compromissos eleitorais, no caso o compromisso de trabalhar com as Freguesias e de lhes proporcionar mais meios e recursos. Da nossa parte, entendemos esse princípio como eminentemente democrático, de forma a que as Freguesias também tenham autonomia para decidir, elas próprias, aquilo que mais lhes convém realizar.

Mas também nos apraz reter uma afirmação sua: - a de que é um homem do Povo. Pois se se mantiver firme nessa convicção e se através dele pautar o exercício do importante cargo que lhe está conferido de forma a governar para o Povo e com o Povo, então estará no bom caminho embora também seja, reconheça-se, o caminho mais difícil neste sistema pouco limpo e nada transparente em que transformaram a vida política nacional.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal não se esqueça também – e tomo também a liberdade de me dirigir directamente a si – que já esteve no lado das minorias nesta bancada desta Assembleia Municipal e portanto sem lhe requerer privilégio tomo a liberdade de lhe solicitar generosidade.

Sabemos que a Câmara Municipal tem uma situação financeira saudável e, nesse campo, tem uma boa margem de manobra. Isto também significa responsabilidades acrescidas para o novo Presidente da Câmara, para todo o Executivo e para esta Assembleia Municipal.

Haja pois capacidade e vontade políticas para daqui se ganhar um futuro melhor para o Município e para a população de Oliveira do Hospital!"

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Dra. Luísa Vales, para em representação do movimento de cidadãos Oliveira do Hospital Sempre, fazer a seguinte intervenção:

"É com imensa honra que me encontro hoje, a assumir este cargo, enquanto membro da Assembleia Municipal, para o qual todos fomos eleitos, consciente de que, sendo uma prestigiante oportunidade, é acima de tudo uma responsabilidade, que exige de cada um de nós, a capacidade de interpretar as expectativas e os anseios das populações que aqui representamos.

Antes de mais, não quero deixar de aproveitar esta oportunidade, para felicitar e desejar os maiores sucessos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores.

Quero também desejar as maiores felicidades aos recém-eleitos para as juntas de freguesia, desejando que os senhores presidentes aqui presentes, consigam realizar com êxito, aquilo a que se propuseram, visando os interesses das suas populações.

O espírito da candidatura através da qual fui eleita, esteve sempre inspirado na defesa dos mais altos interesses do concelho, com elevadas preocupações no âmbito do desenvolvimento económico e social, da melhoria da qualidade de vida da população oliveirense e na criação de melhores condições para o apoio ao empreendedorismo local.

Ideia fundamental do mesmo projecto, foi colocar no topo das nossas preocupações, a procura de respostas concretas para os problemas da primeira infância e juventude, essencialmente nas questões da educação e da acção social escolar, a busca de soluções para as dificuldades que o nosso concelho enfrenta, tanto por efeito do aumento de desemprego, como pelas situações de pobreza e exclusão social, como ainda pela urgência em dar respostas



Assembleia Municipal

adequadas e mais eficazes aos problemas dos nossos idosos.

É exactamente esse o espírito com que defenderemos o nosso projecto nesta Assembleia Municipal ao longo dos próximos quatro anos, com imparcialidade, determinação e rigor, assumindo uma postura dialogante e respeitadora de todas as sensibilidades políticas.

Será aqui, nesta sala, que cada um de nós vai ter a oportunidade de participar nos debates e na busca de decisões que melhor respondam aos problemas e aos desafios que em cada momento nos forem sendo colocados.

Pela nossa parte fá-lo-emos com empenhamento e com o sentido da responsabilidade que a natureza do mandato nos impõe.

Por isso, todas as propostas apresentadas que se enquadrem nestes princípios básicos e em prol do desenvolvimento do concelho, terão necessariamente o nosso apoio e o nosso empenhamento com vista á sua concretização.

Do mesmo modo, todas as iniciativas que se desviem destes pressupostos, contarão sempre com o nosso protesto e mesmo eventual rejeição.

Apesar do percurso de disputa eleitoral e de confronto de propostas que nos trouxe até aqui, todos teremos que reconhecer que é muito maior o que nos une, do que as diferenças que nos podem afastar.

Neste contexto, apelo pois, à união e capacidade de entendimento entre todos, sempre que essa for a melhor forma de engrandecer Oliveira do Hospital e de nos tornarmos um concelho cada vez mais desenvolvido, porque quer se goste quer não, foi para isso que os oliveirenses votaram em cada um de nós."

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Dr. José António Madeira Dias para, em representação do Partido Social Democrata, fazer a seguinte intervenção:

"Antes de mais, quero pedir desculpa pelo atraso decorrente da votação, mas devo lembrar que, sendo o PSD a segunda força mais votada, tínhamos a obrigação moral e política de nos submetermos a sufrágio, para não defraudar em quem nós votou.

Quero felicitá-los pela vitória. Quero dizer que estamos aqui numa postura de cooperação institucional. Portanto, qualquer proposta que seja apresentada, e com a qual concordemos, será por nós viabilizada. Caso contrário, naturalmente e na sequência do que acabei de dizer, será justificada a recusa.

Queria também dizer que estaremos disponíveis para trabalhar construtivamente pois, como já foi dito, é muito mais o que nos une do que o que nos separa.

Muito obrigado e contem connosco para trabalhar em prol de Oliveira do Hospital."

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves para, em representação do Partido Socialista, dizer o seguinte:

"Saúdo democraticamente os membros desta Assembleia, quer os que foram reinvestidos nessa qualidade, quer aqueles que tomaram posse pela primeira vez.

Saúdo igualmente o senhor Presidente da Câmara, que o é também por mérito próprio, saúdo os senhores presidentes de junta e saúdo os senhores vereadores, incluindo os da agora oposição e que, com a sua eleição, honraram a democracia e a política, como forma nobre de gestão da República.

Envio daqui um saudoso abraço à Sra. Eng.º Dulce Pássaro, eleita membro desta Assembleia e nova Ministra do Ambiente e que nos honra com a sua eleição para a Assembleia na lista do Partido Socialista.



Assembleia Municipal

A todos dou os meus parabéns, destacando de uma forma muito especial o senhor António dos Santos Lopes como novo presidente da Assembleia Municipal e o senhor Prof. José Carlos Alexandrino, como novo Presidente da Câmara.

Espero de todos, vencedores e oposição, uma nova era de relacionamento institucional sendo certo de que a partir de agora vamos ser ouvidos e vai ser atendida a nossa opinião o que de resto é a função dos membros das Assembleias Municipais.

Relembro que compete à Assembleia Municipal, como órgão deliberativo que é, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal e solicitar e receber informações sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução das deliberações, fiscalização esta em parte cerceada tempo demais nesta autarquia.

Congratulo-me ainda por termos mais um grupo municipal.

Mais democracia nunca é mau para aqueles que verdadeiramente amam a Liberdade e nós precisamos de mais democracia e de mais liberdade mas precisamos também de estar muito unidos para os desafios que aí vem.

Desafios que são os maiores uma vez que estas mudanças autárquicas se iniciam em circunstâncias muito difíceis.

Neste concelho vivemos hoje tempos de vésperas, como as vivemos em termos nacionais e ibéricos para já não falar da evolução da crise internacional que sabemos como começou e quem a começou mas não sabemos como irá acabar.

Sabemos hoje, a partir de várias análises científicas (de que destaco a Índice Sintético de Desenvolvimento do INE), que o cenário prospectivo de evolução demográfica aponta para uma tendência de litoralização progressiva do nosso País.

E de facto, vários estudos nos dizem que dentro de algumas décadas, oitenta por cento da população portuguesa pode estar a viver no litoral, entre Braga e Setúbal, com o inevitável despovoamento do interior.

Quis lembrar-vos este contexto político/económico, porque é com ele que vamos trabalhar na mudança que queremos para o futuro de Oliveira do Hospital.

E é também com esta realidade e com este referencial externo que a mudança autárquica tem de fazer-se atendendo ainda ao ambiente interno, que não é mais agradável do que aquele.

É que, em termos do enquadramento na região, pudemos dizer que temos hoje um concelho relativamente debilitado, sobretudo se comparado com os concelhos adjacentes.

Oliveira do Hospital é dos concelhos mais débeis em termos de competitividade em todo o Pinhal Interior. Mesmo assim, no Pinhal Interior e em termos comparativos, vemos que Tábua tem um desemprego residual, que Arganil e Seia criam dezenas de postos de trabalho e que o Carregal do Sal tem empresas a pagar mais impostos do que todo o concelho de Oliveira do Hospital (se excluirmos uma única empresa deste concelho).

Enquanto que, Oliveira do Hospital tem uma média de desemprego superior à média nacional e tem empresas em risco face á natureza dos seus produtos em concorrência com outros países cuja mão-de-obra é muito mais barata e mais produtiva.

Tudo isto se prova com números, isto que vos referi é estatística.

Não são opiniões políticas, muito menos demagogia.

Mas, para além destes números, há muitos outros exemplos, de que apenas darei dois ou três, do muito que cumpre fazer de imediato por este executivo neste concelho.



Assembleia Municipal

Temos um PDM que já nasceu velho e que anda em bolandas há anos em processo de revisão. E, entretanto, os poucos particulares que querem construir, continuam a adiar progressivamente as suas vidas ou vão construindo onde podem, às vezes tão-só à beira das estradas.

Oliveira do Hospital não tem acessibilidades condignas e ainda há pouco ouvimos dizer o quanto isso custa em horas por quilometro traduzidas em desvantagens comparativas para as, aliás não muitas, empresas aqui instaladas.

E temos um parque industrial inactivo na zona da Cordinha enquanto que nos falta um ou outro naquela que vai ser a área mais nobre e mais atractiva para os empresários investirem:

Refiro-me à freguesia de Nogueira do Cravo, ou imediações das Vendas de Galizes, zona para onde estão previstas as mais importantes variantes ao cruzamento do IC6/IC7.

Este será o local ideal de todo o concelho para aceder às vias estruturantes que aí vem.

Bater-me-ei neste e noutros foros onde puder para defender ali a implantação duma nova ALE, porque me dizem, aqueles que sabem de desenvolvimento, que se trata do melhor local no futuro deste concelho para evitar a desertificação acelerada que hoje já se verifica em todo o Vale do alva e Alvôco onde há freguesias que tinham quase mil eleitores há trinta anos, hoje tem menos de seiscentos e dentro de trinta anos terão menos de trezentos.

Isto, claro, se nada for feito.

Todos perguntarão: então, o que é preciso fazer para inverter esta tendência e para contrariar o que parece ser uma inevitabilidade?

Antes de mais quero dizer-vos que não contarão comigo para baixar as expectativas perante este cenário económico/demográfico quase desolador.

Seria agora muito fácil pensar-se que após a vitória – embora minoritária ou até por isso – do PS poderíamos arranjar desculpas para não fazer obras estruturantes que o concelho precisa há mais de uma dezena de anos.

Só que, da mesma forma que não baixamos as expectativas também chamamos a oposição à responsabilidade, nomeadamente aqueles que, de há uns anos para cá, clamam para a mudança e apregoam a necessidade de um concelho que, no mínimo, não desmereça em relação aos que nos rodeiam.

Isto já para não falar da hipótese de criação de um pólo de desenvolvimento alternativo a Coimbra/Viseu/Covilhã, que foi o nosso sonho de muitos anos.

Nós somos coerentes com o nosso passado. E é também por isso que vamos continuar a trazer a esta Assembleia as propostas que temos aqui trazido e que tem sido, no mínimo, depreciadas.

De facto, em sessões recorrentes nesta Assembleia, assistimos a comportamentos de menosprezo intelectual, em relação a algumas das nossas propostas quando é certo que elas nem sequer eram pessoais mas trazidas dos foros de desenvolvimento que, de uma forma ou de outra, se debruçam sobre as hipóteses de evolução desta região.

Entretanto, ouvi, recentemente, investigadores da Universidade de Coimbra a defenderem aquelas ideias e aquelas propostas como sendo quase as únicas para salvar este concelho, quiçá o interior e toda a região.

Esta foi a principal motivação que me levou a intervir hoje para vos dizer o seguinte: Não sendo possível, nem desejável nem sequer admissível, do ponto de vista da



Assembleia Municipal

evolução demográfica e da sustentabilidade económica, continuar com a prática politica que temos seguido nos últimos dezasseis anos, é preciso adoptar uma metodologia nova para inverter o declínio económico e a hemorragia demográfica, hoje já muito evidente em algumas freguesias.

Lembremo-nos que as expectativas mudaram muito.

Hoje os jovens, através da net e não só, comparam as suas vidas com o que de melhor há no mundo.

E o que é facto é que tem direito a essa comparação e a desejarem também o melhor para eles.

E nós, até agora, não lhes demos esperança nessa melhoria.

Contudo e a partir de agora temos de acreditar que é possível e que o futuro pode ser diferente do passado, que pudemos dar essa esperança aos jovens e que esse futuro vai ser construído por nós.

Perguntarão, mas como vamos fazê-lo?

Em minha opinião, deve ser escolhida a tal metodologia correcta e deve ser prosseguida uma nova política, esta sem desfalecimentos.

Vou dar apenas alguns tópicos (de resto já aqui conhecidos), de como isto deve ser feito, estando disponível, caso seja entendido conveniente, para participar numa reunião, num congresso, no que lhe quiserem chamar, para defender esta opinião e para desagregar algumas destas ideias.

Em primeiro lugar:

É preciso identificar o potencial de afirmação concelhia.

Saber quem somos e o que fazemos bem.

Hoje nenhuma empresa, nenhum concelho, nenhuma região subsiste com base em generalidades, prestando serviços indiferenciados e construindo a esmo ou à beira da estrada, como disse atrás.

Isso faz melhor o litoral, de Portugal ou de Espanha, dadas as suas condições naturais e daí a atractibilidade que desperta nas novas gerações.

E daí também o previsto êxodo para o litoral.

Isto chama-se encontrar uma Missão para este concelho.

E não tenhamos dúvidas: se não encontrarmos uma Missão e não nos determinarmos por ela, no futuro as novas gerações vão radicar-se no litoral ou no estrangeiro e o concelho decairá, inexoravelmente, com hoje já decaem algumas das freguesias.

Em segundo lugar:

É preciso saber qual o caminho a seguir.

Saber para onde vamos e como queremos ser reconhecidos.

Por exemplo:

Vamos afirmar-nos como uma referência de ensino a nível nacional?

Vamos impor-nos como um ponto de turismo de qualidade?

Ou como produtores de produtos autóctones, diferenciados e autênticos?

Ou com novos produtos, com novos serviço?

É preciso perguntar a quem sabe, que nos ajudem a identificar as nossas potencialidades e não andarmos por aí a fazer o possível, que quase nunca é o essencial...muito menos o imprescindível.



Assembleia Municipal

Sabendo-se qual o caminho, é preciso definir objectivos a alcançar no curto e no médio prazo e identificar os nossos pontos fortes e fracos para aproveitar uns e evitar os outros.

Depois, é preciso reforçar a competitividade através da aposta forte na formação, na inovação e na criatividade.

Aqui se vê a importância de apostar, quase até à exaustão, na formação do capital humano, no apoio às empresas, na inovação, na criatividade de novos produtos, etc.

Perguntarão: Como é que uma autarquia o pode fazer?

De muitas formas possíveis;

Na campanha eleitoral falou-se da criação de uma marca de Oliveira do Hospital, que proteja os produtos originais.

Falou-se também de um eficiente Gabinete de Apoio ao Empresário.

Podem criar-se ancoras diferenciadas, depois de identificado o referido potencial e de até, eventualmente, ajudar as empresas a patentear os seus produtos.

Podemos ter uma autarquia aberta, receptiva, colaborante, inventiva...o que não temos tido até aqui.

Tudo contribuições que a autarquia pode dar no apoio ao empresário, sem descurar, claro, a sua função social.

Ao mesmo tempo, é preciso resolver o problema das acessibilidades – e espero que isso aconteça nos próximos quatro anos – e de ter respostas pró-activas para apoio ao desenvolvimento, respostas estas que já tardam há tempo demais.

É preciso seguir os exemplos positivos como o de Arganil, que tem um produto comum – enchidos – a invadir todos os grandes centros comerciais.

Também Tábua, que soube atrair uma fábrica que resolveu o problema do desemprego não só naquele concelho mas até nos limítrofes.

O que devemos fazer é acarinhar as oportunidades, identificar os nossos pontos fortes e aproveitá-los, saber quais os pontos fracos e tentar evitá-los ou mesmo combatê-los.

É o que se chama adoptar uma estratégia de desenvolvimento que deve ser iniciada a partir de amanhã e concretizada no menor tempo possível.

É a isto que se chama ter uma visão, ter um destino próprio e saber qual o caminho percorrer.

Caminho que temos de iniciar desde já. Senão imaginem o que poderia suceder se houvesse uma dificuldade na tal coesão social — diminuição dos apoios do Estado — onde o facto de estarmos no primeiro lugar na Qualidade Ambiental não nos serviria para nada.

E temos outra razão para o fazermos desde já. É o decurso do tempo.

Hoje, até para ficarmos no mesmo sítio é preciso correr muito.

Repito, de outra forma: precisamos de correr cada vez mais até para ficarmos no mesmo sítio, dada a velocidade a que o mundo avança.

E nós, como já estamos muito atrasados e como ficámos para trás, precisamos de correr ainda mais.

Vejam as estatísticas comparativas e depressa concluirão que tenho razão e que é necessário unirmo-nos todos para inverter a tendência de queda relativa que nos afasta dos outros concelhos da região.

Tudo o que vos acabo de dizer tem um único objectivo; chamar a atenção para a



Assembleia Municipal

gravidade da situação do concelho (embora também da Região do Pinhal Interior) e chamar à responsabilidade o executivo e a oposição para a necessidade de trabalharmos para inverter todo este quadro.

Alguns dirão, bem, isto trata-se de um caderno de encargos para o executivo camarário. É verdade, é para o executivo no seu conjunto, incluindo os senhores vereadores da oposição, repito, incluindo os senhores vereadores da oposição.

É para o executivo camarário que conta, obviamente, com todo o Partido Socialista para operar esta mudança. Mas é também para a oposição no executivo e na Assembleia Municipal.

Pela nossa parte, esperamos que os membros da oposição, entendam a dimensão desta obrigação que sobre todos impende e que, muito sinteticamente deixei esboçada.

Termino como comecei:

Os meus parabéns aos vencedores, nomeadamente ao senhor António Lopes e ao senhor Prof. José Carlos Alexandrino e honra aos vencidos desta pugna eleitoral.

Os meus parabéns ainda àqueles, e foram muitos, que resistiram durante estes dezasseis anos tornando possível esta vitória, sendo justo destacar os que passaram por esta Assembleia e pelo executivo camarário; lembro o Sr. Coronel Alberto Amaral, o Sr. António Mendonça, o Sr. Carlos Mendes, o Eng.º Carlos Maia, o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, o Sr. António Lopes, a Eng.ª Dulce Pássaro, que sempre honrou esta Assembleia mas que era ouvida com displicência e enfado e as suas opiniões não serviam para este concelho mas servem a Portugal.

Já é uma tradição o concelho não gostar de pessoas que depois até acabam, parece-me que por mérito próprio, por servir o País em termos nacionais.

Por fim, uma palavra para toda a Comissão Política do Partido Socialista e em particular para o seu Presidente, o Sr. Vereador José Francisco Rolo, mas também para o Sr. Prof. Francisco Garcia, como símbolos desta resistência e a quem também ficámos a dever a luta aqui travada e a escolha dos que se revelaram ser os melhores para servir este concelho.

Obrigado a todos pela paciência de me ouvirem."

Por fim, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes que fez a seguinte intervenção:

"Permitam-me que a todos cumprimente e felicite.

Aos novos eleitos os meus parabéns pela eleição, desejando-lhes os maiores êxitos nesta nova actividade de serviço público, em prol do Concelho. Desejo-lhes um trabalho profícuo e empenhado e um contributo significativo para a resolução dos problemas com que o Concelho se debate, desejo que torno extensível a todos os reeleitos.

Uma palavra de agradecimento, aos que agora cessam funções, pela sua dedicação e empenho nas funções que desempenharam.

Que me seja permitido destacar o senhor Presidente cessante desta Assembleia, Sr. Dr. António Simões Saraiva não só pela amizade e deferência que sempre me dispensou, mas porque cessa, agora, vinte e cinco anos de actividade ao serviço do Município e da causa pública, exemplo que importa realçar.

No acto de investidura que acabamos de realizar, jurámos, por nossa honra, exercer com lealdade as funções para que fomos eleitos. Espero de todos vós que não tenha sido um juramento meramente protocolar. Ao mesmo tempo, agradecemos a confiança que em nós foi



Assembleia Municipal

depositada na eleição para a presidência desta Assembleia. Queremos deixar dito, como aqui dissemos há quatro anos atrás, que a nossa bandeira é o Concelho. Pela postura assumida no passado, não restarão dúvidas a ninguém que assim será.

Portanto quero dizer ao João Dinis que não tenho de estar do lado das minorias nem das maiorias porque, desde que entrei nesta casa, estive sempre pelo concelho. Por isso, exortamos todos os membros desta Assembleia a comungarem deste objectivo. A candidatura do PS, que integro, e que foi maioritariamente sufragada pelos oliveirenses, estabeleceu um conjunto de metas que importa alcançar. Pugnámos pela resolução total do flagelo do saneamento básico que afecta a generalidade do Concelho; estabelecemos como prioridade das prioridades o combate ao desemprego, e o retomar da esperança da nossa juventude proporcionando-lhe, na sua terra, as oportunidades de vida e emprego a que justamente aspiram. Estamos preocupados com uma escola pública que corresponda em conforto e qualidade às necessidades dos nossos tempos; queremos reanimar a economia aceitando os novos desafios da tecnologia e inovação. Queremos continuar a luta pela realidade dos IC6 e IC7 e outras vias estruturantes do nosso desenvolvimento.

Com as nomeações da Sra. Eng.ª Dulce Pássaro, para o Ministério do Ambiente, e do senhor Dr. Paulo Campos para a Secretaria de Estado das Obras Públicas, que se saúdam e felicitam, ficaram esta Assembleia e o Concelho com duas prestigiadas vozes na defesa dos nossos interesses junto do poder central.

De uma e de outro esperamos o empenho e concretização de duas das nossas principais aspirações: a rede e as questões ligadas ao meio ambiente, com principal enfoque para o saneamento básico e despoluição dos nossos rios e cursos de água.

Estamos assim, perante uma oportunidade única que importa alcançar com o empenho e a participação de todos nós, Câmara e Assembleia Municipal.

Sendo esta casa a sede da democracia do Concelho, importa propor, debater e decidir, não sobre os interesses meramente partidários, que são legítimos, mas que não se devem sobrepor ao interesse colectivo que aqui representamos.

Durante a nossa campanha sempre colocámos a via do diálogo como a solução primeira na governação do Município.

As escolhas livre e conscientemente feitas pelos Oliveirenses, decidiram pela não atribuição de maioria absoluta a nenhuma das forças concorrentes. Impõe-se por isso, uma política de permanente diálogo e concertação, para o que sempre estaremos disponíveis, e que aqui, de hoje em diante, serei agente dinamizador empenhado.

Tenho a justa expectativa de que não serei o único com esta motivação. As responsabilidades da boa governação do concelho cabem a todos por igual.

Não há votos de primeira e votos de segunda, pelo que todos teremos de responder pela confiança que em nós foi depositada.

Estou certo que estas regras serão cumpridas, pelos superiores interesses do concelho e pelo nosso futuro colectivo.

Estas são, assim, as linhas mestras porque nos regemos no desempenho das funções que ora nos foram confiadas e para as quais solicitamos o vosso apoio.

A Câmara Municipal, poderá sempre contar com o apoio e solidariedade desta Assembleia, como poderá contar com um acompanhamento interessado e cooperante, sempre que necessário interventivo, mas também, exigente, quando se trate da defesa dos direitos



desta Assembleia e de todos os seus membros, na resposta franca, atempada e verdadeira das questões levantadas, no escrupuloso respeito pelos direitos previstos no estatuto da oposição e no regimento desta Assembleia."

no regimento desta rissementa.	
E, não havendo mais nada a t	ratar, sendo vinte horas, o Sr. Presidente da Assembleia
declarou encerrada a sessão, da qual	, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de
lida e aprovada, vai ser assinad	a pelos restantes Membros da Mesa e por mim
	Primeiro Secretário, que a subscrevi.
(Presidente)	
(Primeiro Secretário)	
(Segundo Secretário)	